

DIOGO LOPES SANTIAGO: o cronista da Guerra de Pernambuco

Ursula Andréa de Araújo Silva - PPG-UFRN

Maria Emília Monteiro Porto (Orientadora) - UFRN

Este trabalho propõe-se a apresentar o resultado de um estudo sobre a guerra brasílica na América Portuguesa na crônica *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira* de Diogo Lopes Santiago. Analisaremos o conceito de guerra que foi transportado da Europa e sofreu alterações nesse território e a concepção providencialista da História desenvolvida pelo autor.

Diogo Lopes Santiago se dedicou a escrever sobre a guerra contra os holandeses nas capitanias açucareiras mesmo porque, segundo José Antonio Gonsalves de Mello, os contemporâneos da guerra de Pernambuco tinham consciência de que estavam vivenciando um momento histórico e por isso registravam em diários ou crônicas os acontecimentos.¹

Para as crônicas luso-brasileiras existiam duas leituras alternativas na historiografia ocidental. Uma era a leitura providencialista e a outra era uma leitura político-militar. A obra de Diogo Lopes Santiago está inserida na primeira leitura. Contudo, uma leitura não excluía a outra, apresentando-se conjuntamente no discurso. Evaldo Cabral de Mello explica que um historiador seiscentista podia recorrer à noção de que a Providência Divina interferia na realidade, determinando os fatos históricos de acordo com a conduta social. Assim, Janice Theodoro da Silva acredita que por ele ser um homem do século XVII era inevitável que ele fosse crente e temente a Deus, o qual era personagem central ao longo de sua narração.²

O encontro cultural entre europeus e as populações americanas ocasionou uma reorganização desta última e, com isso, eles passaram a absorver os costumes uns dos outros.³ Foi o que se verificou, por exemplo, em relação à guerra.

Talvez possamos dizer que todos os hábitos europeus herdados do Antigo Regime tiveram que se moldar aos costumes locais, ainda que existisse resistência, todavia houve a adaptação por uma questão de sobrevivência de ambos os lados. Observamos essa adequação quanto ao modo de guerrear. O contato entre portugueses, holandeses, índios e negros fez com que os primeiros adquirissem a tática de guerrilha ou guerra de emboscada que era a melhor possível nos territórios da Colônia. E em troca os últimos aprenderam a manejar o armamento vindo da Europa. Todo o aparelhamento que foi produzido ou utilizado em Portugal era transportado para o Brasil⁴ através dos colonos ou militares que vinham atuar na Colônia. O saber militar europeu foi transportado no período das invasões holandesas.

Os colonos utilizavam algumas táticas para intimidar os índios como instigar as rivalidades preexistentes entre as tribos indígenas, o que lhes beneficiava, a troca inicial de matéria-prima por objetos de pequeno valor para os europeus, mas que fascinavam os índios e que sedimentavam alianças, a surpresa, o casamento das mulheres índias com os europeus, que na lógica cultural indígena garantia importância social ao sogro e aos cunhados e na medida em que o genro lhe serviria, funcionava também como formador de alianças.⁵

De acordo com Janice Theodoro da Silva, os holandeses não souberam manipular bem esse novo modo de guerrear, pois ainda se prendiam à idéia de hierarquia.⁶ A hierarquia das guerras em campo aberto não podia ser utilizada no território brasileiro, por causa das faixas estreitas do terreno, da vegetação e dos obstáculos naturais que eram impedimentos aos objetivos guerreiros, favorecendo os nativos que guerreavam contra estes. Por isso, tornou-se necessário formular novas estratégias e “para mudar seria necessário um outro saber”.⁷ Para a autora, “a concepção de luta, no caso dos brasileiros, já estava ancorada na relação do homem com a natureza”.⁸

No caso brasileiro, Janice Theodoro da Silva chamou essa forma de “estilo barroco”. Esse estilo era composto por elementos herdados do Antigo Regime aliados aos conhecimentos nativos desenvolvidos pelos índios. A autora acrescenta que apesar de haver a necessidade de

absorver os conhecimentos nativos, os europeus se negavam a reconhecer o valor indígena e a abandonar a hierarquização das tropas, pois eram eles que ocupavam os lugares de destaque e comando, apesar de serem dependentes dos índios aliados para escolher o melhor local e tipo de combate. É somente com a crítica ao saber ancestral europeu que puderam conceber a absorção do saber produzido na Colônia.

Para Evaldo Cabral de Mello esse estilo se definiu como peculiar do Brasil, demonstrando melhor adaptação às condições ecológicas e sociais. Comandantes e oficiais eram convocados na Europa para guerrear em condições totalmente diferentes das quais estavam acostumados e essa diferença lhes causava estranheza.⁹ Assim se referiam os europeus recém-chegados à Colônia: “a guerra brasileira de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar, exagerando na crueldade e não dando quartel aos prisioneiros e feridos”.¹⁰ Ainda de acordo com ele, a vitória na restauração pernambucana só foi possível pela utilização dessa forma adaptada de guerrear.

Os índios foram vistos, em certos momentos, como elementos aliados ou necessários aos propósitos dos colonizadores. Eles não só serviam como força de trabalho, eram também os defensores do patrimônio do invasor, além de serem fiéis. Outro aspecto do indígena era o de desbravador, pois era ele quem conduzia as entradas para o sertão. A liberdade indígena significava a manutenção dos aliados e a possibilidade de novas investidas, visto que “o grosso das tropas de guerra para a defesa da colônia e das tropas de resgate e descimentos eram compostas de índios aldeados”.¹¹

No Rio Grande, a tribo dos Janduís foi aliada holandesa mais expressiva. Contudo, mesmo desempenhando esse papel de aliado e elemento colonizador, os índios não estiveram livres totalmente da escravidão ou do genocídio. Aqueles índios que se submetiam à catequese garantiam a manutenção de suas vidas e passavam a proteger os colonizadores contra possíveis ataques de índios bravos, ao mesmo tempo em que eram protegidos da escravidão

pelos colonizadores, haja vista que os jesuítas, responsáveis pelo trabalho religioso, os escravizavam amparados pela fachada da catequese e vida comunitária.

Era necessário que houvesse motivos para se declarar guerra aos índios, o que a tornava justa principalmente se a questão fosse de cunho religioso. Segundo Beatriz Perrone-Moisés, a guerra justa foi o principal dispositivo legal para a escravização dos índios. Dentre as causas legais para a guerra justa estavam “a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses [...] e a quebra de pactos celebrados”.¹²

Podemos dizer que os índios mansos foram beneficiados, de certo modo, já que não eram alvo da escravidão. Uma outra forma de manipular o contingente indígena que não quisesse ser aldeado era permitir a permanência em suas terras tornando-se povo aliado, especialmente quando se tratava de uma nação que ocupasse territórios fronteiriços, de grande interesse para a defesa.

Os colonos que se denominavam pobres precisavam da mão-de-obra indígena para produzir e como estavam em constante desacordo com os jesuítas criavam as condições para a guerra justa a qual legitimava a sua ação. Para obtenção dessa mão-de-obra, os motivos para se deflagrar a guerra eram freqüentemente forjados, violando a liberdade concedida aos indígenas. Isso acabava, muitas vezes, deflagrando guerras, as quais vitimavam indiscriminadamente tanto aliados como povos hostis e o terror era semeado pelas tropas de resgate.¹³

Podemos observar que historiograficamente os estereótipos que aparecem nas crônicas foram reproduzidos, ao menos no tempo das formações dos Institutos Históricos e Geográficos. Exemplos disso são os autores que compõem a historiografia clássica norte-rio-grandense que ao escreverem sobre o período holandês oferecem uma imagem negativa e atribuem essa dominação ao abandono metropolitano. Os termos com os quais se referem aos batavos são

discriminatórios e carregados de sentimento. Então utilizam as palavras inimigos, hereges, invasores e assim por diante.

Câmara Cascudo registrou uma imagem muito interessante sobre o desempenho holandês antes da adaptação ao modelo de guerra brasileira: “Os holandeses, vermelhos e pesados, cansam, suam, vão ficando para a retaguarda”.¹⁴ Essa imagem se alterou, como observou Janice Theodoro da Silva, na batalha de Guararapes quando os holandeses abandonaram seus sapatos para melhor guerrear, ou seja, priorizaram a eficácia em detrimento da hierarquia.

Tavares de Lyra descreve o massacre de Cunhaú e lhe atribui motivações econômicas, sem deixar de evidenciar seu juízo sobre os fatos:

Além do ódio com que os invasores costumavam castigar a rebeldia do colono, havia uma razão a mais para estas horríveis carnificinas do Rio Grande, tão atroz agora, como logo depois da ocupação. É que só no São Francisco e naquela capitania existiam campos de criação [...].¹⁵

É importante observar a versão de Rocha Pombo sobre o domínio holandês porque ele humaniza a figura batava, ao contrário dos demais. Ele relatou a lealdade holandesa para promover o ataque no evento da tomada do Forte dos Reis Magos, apesar desse traço não ter permanecido em todos os fatos, o cansaço e o descontentamento pela destruição que a guerra causava. Em “Os Holandeses no Brasil: Mitos e Verdades”, o autor demonstra uma posição antagônica à prevalecente que se caracteriza por exaltar os pontos positivos da ocupação batava. Ele apontou, respaldado por relatos de cronistas e documentos oficiais, fatos que denotam os motivos pelos quais o empreendimento holandês não floresceu. De acordo com

ele, as lutas religiosas (isso explicaria a destruição de imagens e queima de templos) e a ganância por fortunas foram os principais fatores da sua decadência.

Isso tudo gerou uma imagem sobre esse período. Para Roger Chartier o mundo é uma representação produzida pelos indivíduos de uma determinada época. Isso é o que nós os historiadores tomamos como a verdade, já que trabalhamos com as produções humanas sejam escritas ou orais, verdadeiras ou falsas.¹⁶ Assim, acreditamos que a representação produzida acerca dessa guerra se deveu à influência portuguesa na escrita dos documentos e também ao fato dos holandeses professarem uma outra fé, o que configura não somente a disputa territorial, mas também religiosa. Os atores envolvidos no processo de colonização e restauração portuguesa também foram representados, pois era necessário dar e contar exemplos de homens de coragem para encorajar outros a demonstrarem seu patriotismo e assim deixarem de ser anônimos para a história.

Diogo Lopes Santiago inicia o seu texto justificando a importância de iniciativas como a sua, considerada por ele como extremamente necessária para garantir a difusão do conhecimento e dos acontecimentos tal como se passaram. Ele tenta nos convencer que será fiel ao fato verídico e que, portanto, pode representá-lo em sua narrativa, demonstrando a função moral, uma autoconsciência de historiador e uma grande preocupação em relação à verdade.¹⁷

Como quer que a memória dos homens seja frágil [...] e com o decurso largo dos tempos [...] que uns diminuem e outros acrescentam... Foi cousa muito necessária, que houvesse histórias e crônicas para conservação dos ilustres feitos, heróicas obras dos famosos e insignes varões que em letras e armas se esmeraram, para que a posteridade conhecesse seu valor preclaro, e tão famosos exemplos imitasse ...¹⁸

Diogo Lopes Santiago atribui os “males” sofridos durante esse período à vontade divina, configurando-se como resposta ou castigo à má conduta e ao grande número de pecados que regiam a vida das pessoas nestas localidades.

[...] a causa da sua destruição, miséria, peregrinação e cativoiro de seus moradores foram os pecados. [...] Olinda [...] de senhora que era, veio a ser cativa e escrava de hereges holandeses... Como os moradores não choraram, nem fizeram penitência dos pecados [...] foram crescendo os castigos do céu [...] não faziam conta da justiça da terra, que, faltando, sobreveio a divina, [...] os bons e ainda os próprios maus, diziam que havia de vir um castigo do céu rigoroso sobre esta terra.¹⁹

Nessa citação também podemos perceber que a guerra se travava devido à fé que os holandeses professavam. A forma como Diogo Lopes Santiago concebe os acontecimentos reflete a concepção de história da sua época.

Desta forma, podemos dizer que o discurso de Diogo Lopes Santiago é um discurso português e providencialista, pois ele era um homem do século XVII sob influência portuguesa e temente a Deus, além do fato dessa ser uma característica da escrita desse tempo. Sua leitura sobre a guerra demonstra que como bom português, ele defendia o direito de Portugal explorar as terras brasileiras e civiliza-la e como bom católico, tecia um discurso contrário à toda fé que não era a sua e inclusive tentando imbuir o leitor da idéia de que essa fé protestante era reveladora dos castigos divinos. Ele não deixou de fazer juízos sobre os fatos, demonstrando claramente a posição que tomava perante os mesmos. Contribuiu, como outros cronistas, para a formação de opiniões que ainda hoje se propagam, como é o caso das identidades que derivam desse período das quais são exemplos a pernambucana e a são-gonçalense.

¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. A edição integral da História da Guerra de Pernambuco. In: SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, 1634**. p. 2.

² SILVA, Janice Theodoro da. **O barroco como conceito**. p. 296.

³ PRODANOV, Cleber Cristiano. **O mercantilismo e a América**. p. 55.

⁴ Utilizamos essa denominação em consonância como os autores e cronista que estudamos.

⁵ LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 34.

⁶ SILVA, Janice Theodoro da. O barroco como conceito. In: SCHUMM, Petra. **Barrocos y Modernos**. Nuevos caminos en la investigación del Barroco Iberoamericano. Vervent, 1998. p. 291.

⁷ Ibid.

⁸ Ibid., p. 292.

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de *apud* Ibid., p. 189.

¹⁰ PUNTONI, Pedro. *Op. cit.* p. 189.

¹¹ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Guerra Justa. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil**.

¹² PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Guerra Justa**. p. 385.

¹³ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Guerra Justa**. p. 478.

¹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Rio de Janeiro: MEC, 1955. p. 43.

¹⁵ LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. p. 81.

¹⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

¹⁷ VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**; Foucault revoluciona a História. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 21.

¹⁸ SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, 1634**. p. 9.

¹⁹ SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, 1634**. p. 21-22.